

## Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2008

1

| Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989  | Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2008  | Emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa  |
|---|---|---|
|   | Altera o art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, para prever incentivo ao empreendedorismo. | <b>Emenda nº 1 – CDH</b><br>Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2008, a seguinte redação:<br>“Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para inserir o incentivo ao empreendedorismo entre as medidas de apoio às pessoas com deficiência e para atualizar a terminologia da lei relativa a essa clientela.” |
|   | O SENADO FEDERAL resolve:   | <b>Emenda nº 2 – CDH</b><br>Dê-se ao preâmbulo do Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2008, a seguinte redação:<br>“O CONGRESSO NACIONAL decreta:”  |
|   | Art. 1º O inciso III do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea:                 |   |
| Art. 2º Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico. | “Art. 2º .....  |   |
| Parágrafo único. Para o fim estabelecido no caput deste artigo, os órgãos e entidades da administração direta e indireta devem dispensar, no âmbito de sua competência e finalidade, aos assuntos objetos esta Lei, tratamento prioritário e adequado, tendente a viabilizar, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:<br>.....  | Parágrafo único. ....<br>.....  |   |

## Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2008

2

| Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989   | Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2008   | Emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa   |
|--|--|--|
| <p>III - na área da formação profissional e do trabalho:</p> <p>.....</p> <p>d) a adoção de legislação específica que discipline a reserva de mercado de trabalho, em favor das pessoas portadoras de deficiência, nas entidades da Administração Pública e do setor privado, e que regulamente a organização de oficinas e congêneres integradas ao mercado de trabalho, e a situação, nelas, das pessoas portadoras de deficiência;</p> <p>.....</p> | <p>III – .....</p> <p>.....</p>  |  |
|  | <p>e) incentivo, pelo Poder Público, de ações para promover o empreendedorismo e estabelecer linhas de crédito orientadas especificamente para pessoas com deficiência.</p> <p>..... (NR)”</p> | <p><b>Emenda nº 3 – CDH</b></p> <p>Inicie-se com o artigo “<b>o</b>” a redação da alínea e acrescida ao inciso III do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, pelo art. 1º do PLS nº 105, de 2008.</p> |
|  |  | <p><b>Emenda nº 4 – CDH</b></p> <p>Acrescente-se ao Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2008, o seguinte art. 2º, renumerando-se a cláusula de vigência como art. 3º:</p>  |
|  |  | <p>“Art. 2º Procedam-se às seguintes alterações redacionais na Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989:</p>   |
|  |  | <p>I – substituição das expressões “portadoras de”, “portadora de” ou “portadores de” pelo termo “<b>com</b>”:</p>   |
| <p>Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.</p>  |  | <p>a) na ementa;</p>   |

## Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2008

3

| Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989   | Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2008 | Emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa   |
|--|--|--|
| Art. 1º Ficam estabelecidas normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas <b>portadoras de</b> deficiências, e sua efetiva integração social, nos termos desta Lei.<br>.....  |  | b) no art. 1º: caput e § 2º;   |
| § 2º As normas desta Lei visam garantir às pessoas <b>portadoras de</b> deficiência as ações governamentais necessárias ao seu cumprimento e das demais disposições constitucionais e legais que lhes concernem, afastadas as discriminações e os preconceitos de qualquer espécie, e entendida a matéria como obrigação nacional a cargo do Poder Público e da sociedade.                 |  |  |
| Art. 2º Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas <b>portadoras de</b> deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico. |  | c) no art. 2º: caput; parágrafo único, inciso I, alíneas “d”, “e” e “f”; inciso II, alíneas “d” e “f”; inciso III, alíneas “b”, “c” e “d”; inciso IV, alíneas “b” e “c”; e inciso V, alínea “a”; |
| Parágrafo único. Para o fim estabelecido no caput deste artigo, os órgãos e entidades da administração direta e indireta devem dispensar, no âmbito de sua competência e finalidade, aos assuntos objetos esta Lei, tratamento prioritário e adequado, tendente a viabilizar, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:  |  |  |

## Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2008

4

| Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989   | Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2008 | Emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa |
|--|--|--|
| <p>I - na área da educação:</p> <p>.....</p> <p>d) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial a nível pré-escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 1 (um) ano, educandos <b>portadores de</b> deficiência;</p> |  |  |
| <p>e) o acesso de alunos <b>portadores de</b> deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo;</p>  |  |  |
| <p>f) a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas <b>portadoras de</b> deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino;</p>   |  |  |
| <p>II - na área da saúde:</p> <p>.....</p> <p>d) a garantia de acesso das pessoas <b>portadoras de</b> deficiência aos estabelecimentos de saúde públicos e privados, e de seu adequado tratamento neles, sob normas técnicas e padrões de conduta apropriados;</p> <p>.....</p>                   |  |  |
| <p>f) o desenvolvimento de programas de saúde voltados para as pessoas <b>portadoras de</b> deficiência, desenvolvidos com a participação da sociedade e que lhes ensejem a integração social;</p>   |  |  |
| <p>III - na área da formação profissional e do trabalho:</p> <p>.....</p> <p>b) o empenho do Poder Público quanto ao surgimento e à manutenção de empregos, inclusive de tempo parcial, destinados às pessoas <b>portadoras de</b> deficiência que não tenham acesso aos empregos comuns;</p>      |  |  |

## Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2008

5

| Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989   | Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2008 | Emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa |
|--|--|--|
| c) a promoção de ações eficazes que propiciem a inserção, nos setores públicos e privado, de pessoas portadoras de deficiência;  |  |  |
| d) a adoção de legislação específica que discipline a reserva de mercado de trabalho, em favor das pessoas portadoras de deficiência, nas entidades da Administração Pública e do setor privado, e que regulamente a organização de oficinas e congêneres integradas ao mercado de trabalho, e a situação, nelas, das pessoas portadoras de deficiência; |  |  |
| IV - na área de recursos humanos:<br>.....<br>b) a formação e qualificação de recursos humanos que, nas diversas áreas de conhecimento, inclusive de nível superior, atendam à demanda e às necessidades reais das pessoas portadoras de deficiências;   |  |  |
| c) o incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico em todas as áreas do conhecimento relacionadas com a pessoa portadora de deficiência;   |  |  |
| V - na área das edificações:<br>a) a adoção e a efetiva execução de normas que garantam a funcionalidade das edificações e vias públicas, que evitem ou removam os óbices às pessoas portadoras de deficiência, permitam o acesso destas a edifícios, a logradouros e a meios de transporte.   |  |  |

## Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2008

6

| Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989   | Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2008 | Emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa |
|--|--|--|
| Art. 3º As ações civis públicas destinadas à proteção de interesses coletivos ou difusos das pessoas <b>portadoras de</b> deficiência poderão ser propostas pelo Ministério Público, pela União, Estados, Municípios e Distrito Federal; por associação constituída há mais de 1 (um) ano, nos termos da lei civil, autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista que inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção das pessoas <b>portadoras de</b> deficiência.<br>..... |  | d) no art. 3º: caput;  |
| Art. 8º Constitui crime punível com reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa:<br>.....<br>IV - recusar, retardar ou dificultar internação ou deixar de prestar assistência médico-hospitalar e ambulatorial, quando possível, à pessoa <b>portadora de</b> deficiência;<br>.....  |  | e) no art. 8º: inciso IV;  |
| Art. 9º A Administração Pública Federal conferirá aos assuntos relativos às pessoas <b>portadoras de</b> deficiência tratamento prioritário e apropriado, para que lhes seja efetivamente ensejado o pleno exercício de seus direitos individuais e sociais, bem como sua completa integração social.  |  |  |
| § 1º Os assuntos a que alude este artigo serão objeto de ação, coordenada e integrada, dos órgãos da Administração Pública Federal, e incluir-se-ão em Política Nacional para Integração da Pessoa <b>Portadora de</b> Deficiência, na qual estejam compreendidos planos, programas e projetos sujeitos a prazos e objetivos determinados.   |  | f) no art. 9º: caput e § 1º;                                       |

## Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2008

7

| Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989   | Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2008 | Emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa          |
|--|--|---|
| Art. 10. A coordenação superior dos assuntos, ações governamentais e medidas referentes a pessoas portadoras de deficiência caberá à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.   |  | g) no art. 10: caput e parágrafo único;                                     |
| Parágrafo único. Ao órgão a que se refere este artigo caberá formular a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, seus planos, programas e projetos e cumprir as instruções superiores que lhes digam respeito, com a cooperação dos demais órgãos públicos.                           |  |   |
| Art. 12. Compete à Corde:<br>I - coordenar as ações governamentais e medidas que se refiram às pessoas portadoras de deficiência;  |  | h) no art. 12: incisos I, II, IV, V, VII e VIII do caput e parágrafo único; |
| II - elaborar os planos, programas e projetos subsumidos na Política Nacional para a Integração de Pessoa Portadora de Deficiência, bem como propor as providências necessárias a sua completa implantação e seu adequado desenvolvimento, inclusive as pertinentes a recursos e as de caráter legislativo;<br>..... |  |   |
| IV - manifestar-se sobre a adequação à Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência dos projetos federais a ela conexos, antes da liberação dos recursos respectivos;  |  |   |
| V - manter, com os Estados, Municípios, Territórios, o Distrito Federal, e o Ministério Público, estreito relacionamento, objetivando a concorrência de ações destinadas à integração social das pessoas portadoras de deficiência;<br>.....   |  |   |

## Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2008

8

| Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989   | Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2008 | Emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa  |
|--|--|---|
| VII - emitir opinião sobre os acordos, contratos ou convênios firmados pelos demais órgãos da Administração Pública Federal, no âmbito da Política Nacional para a Integração da Pessoa <b>Portadora de</b> Deficiência;   |  |   |
| VIII - promover e incentivar a divulgação e o debate das questões concernentes à pessoa <b>portadora de</b> deficiência, visando à conscientização da sociedade.   |  |   |
| Parágrafo único. Na elaboração dos planos, programas e projetos a seu cargo, deverá a Corde recolher, sempre que possível, a opinião das pessoas e entidades interessadas, bem como considerar a necessidade de efetivo apoio aos entes particulares voltados para a integração social das pessoas <b>portadoras de</b> deficiência.   |  |   |
| Art. 15. Para atendimento e fiel cumprimento do que dispõe esta Lei, será reestruturada a Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação, e serão instituídos, no Ministério do Trabalho, no Ministério da Saúde e no Ministério da Previdência e Assistência Social, órgão encarregados da coordenação setorial dos assuntos concernentes às pessoas <b>portadoras de</b> deficiência. |  | i) no art. 15;  |
| Art. 17. Serão incluídas no censo demográfico de 1990, e nos subsequentes, questões concernentes à problemática da pessoa <b>portadora de</b> deficiência, objetivando o conhecimento atualizado do número de pessoas <b>portadoras de</b> deficiência no País.  |  | j) no art. 17;  |
| Art. 2º Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de   |  | II – substituição da expressão “deficiente grave não internado” pela expressão “ <b>pessoa com deficiência em estado grave não internada</b> ” no art. 2º, inciso II, alínea “e”; |



## Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2008

9

| Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989   | Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2008                          | Emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa   |
|--|---|--|
| <p>outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.</p> <p>.....</p> <p>Parágrafo único. Para o fim estabelecido no caput deste artigo, os órgãos e entidades da administração direta e indireta devem dispensar, no âmbito de sua competência e finalidade, aos assuntos objetos esta Lei, tratamento prioritário e adequado, tendente a viabilizar, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:</p> <p>.....</p> <p>II - na área da saúde:</p> <p>.....</p> <p>e) a garantia de atendimento domiciliar de saúde ao <b>deficiente grave não internado</b>;</p> <p>.....</p> |   |  |
| <p>Art. 8º Constitui crime punível com reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa:</p> <p>I - recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados <b>da deficiência que porta</b>;</p> <p>.....</p>   |   | <p>III – substituição da expressão “da deficiência que porta” pela expressão “<b>de sua deficiência</b>” no art. 8º, inciso I.</p>   |
|  |   | <p>Parágrafo único. Para sinalizar as alterações descritas no caput, acrescentar-se-á (NR) ao final dos arts. 1º, 2º, 3º, 8º, 9º, 10, 12, 15 e 17 da Lei nº 7.853, de 1989.”</p> |
|  | <p>Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.</p> |  |